PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO

Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota Introdutória

SAN ROMANELLI ASSUMPÇÃO E GLENDA MEZAROBBA

Maria Tereza Aina Sadek, em seu percurso como docente e pesquisadora, abraçou os campos da teoria política (como docente), do pensamento político brasileiro (em seu mestrado) e das instituições políticas brasileiras (como pesquisadora). Neste último, fez parte de um movimento fundamental do nascimento e consolidação da Ciência Política brasileira, o da defesa e prática do foco nas instituições, além de ter sido pioneira no estudo da Justiça Eleitoral e atriz fundamental na abertura e consolidação do campo dos estudos brasileiros sobre Poder Judiciário, Ministério Público e demais instituições do campo da justiça, bem como da judicialização da política. A excelência de suas pesquisas nesta área a fez reconhecida não apenas na Ciência Política, mas também entre operadores do Direito.

Ao longo de sua trajetória, Teca, como é chamada por seus colegas e amigos, combinou inovação científica em atuação universitária com contribuições políticas fora dos muros da academia, exercidas por meio de pesquisas com vistas a reformas institucionais fundamentais para a construção do Estado de direito no Brasil.

Auto-apresentação

MARIA TEREZA SADEK

Sou graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Ciências Sociais também pela PUC, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pós-doc na Universidade da Califórnia, na Universidade de Londres e na USP. Minha primeira experiência como docente foi na PUC, no curso de Ciências Sociais, na disciplina de estatística. Um ano depois, passei a dar aulas em disciplinas de Ciência Política. Também dei aula de Teoria Política na Escola de Sociologia e Política. Ainda cursando o mestrado na PUC, prestei concurso e fui contratada como auxiliar de ensino na disciplina de Política no curso de Ciências Sociais na USP. Ali fiz meu doutorado, sob a orientação do Prof. José Augusto Guilhon Albuquerque.

Meu orientador de mestrado, Prof. Bolivar Lamounier, teve um papel fundamental na minha carreira profissional. Não apenas por suas aulas e orientação, mas também por ter estimulado a me inscrever no concurso para docente na USP e, sobretudo, por ter despertado meu interesse por uma área até então muito pouco estudada nas Ciências Sociais: o sistema de Justiça. No IDESP, fiz minhas primeiras pesquisas sobre o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a polícia.

O envolvimento com esse tema me permitiu atuar em escolas da magistratura, do MP, da Defensoria Pública, e colaborar com outras instituições acadêmicas como a Fundação Getúlio Vargas RJ, o Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, o Centro de Estudos de Direito, Economia e Social.

Destaco entre minhas atuações ter sido nomeada diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, durante a presidência da Ministra Carmen Lúcia. Atualmente, sou membro da Comissão de Pesquisa e Inovação da Fundação Getúlio Vargas, conselheira do CONAR e do ETCO e integrante do Conselho da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Entrevista

Glenda Mezarobba: *Maria Tereza Sadek, você poderia apresentar a sua trajetória profissional?*

Maria Tereza Sadek: Fiz Ciências Sociais na PUC de São Paulo [Pontifícia Universidade Católica] e fui dirigente da UEE, União Estadual dos Estudantes de Ensino Superior, nessa época. No ano em que me formei [1969], não havia pós-graduação na PUC por causa do regime militar, tive que esperar um ano. Assim que me formei, fui convidada a dar aula na PUC.

San Romanelli Assumpção: *Superjovem.*

MTS: É. Comecei a dar aulas de estatística já no quarto ano da faculdade.

GM: *Você tem uma formação específica?*

MTS: Não, eu era uma excelente aluna e, por isso, o professor me convidou. Comecei a dar aula em estatística, depois parei e fui dar aula de realidade brasileira, ou algo parecido. Era uma aula idêntica para Ciências Sociais, Geografia, História e até para Medicina, porque se acreditava que todo estudante deveria possuir um conhecimento básico de Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Lecionava esse curso na PUC, no Sedes Sapientia e em Sorocaba, na Faculdade de Medicina. Depois de alguns anos, fui me dedicando cada vez mais à Ciência Política. Tentei fazer pós-graduação na USP [Universidade de São Paulo], mas não entrei. Comecei a fazer pós-graduação na PUC com o Bolívar Lamounier – que foi meu orientador e é uma das pessoas que mais admiro – e fiz um curso excelente, que influenciou minha carreira acadêmica. Até hoje, passados tantos anos, me recordo das aulas de Bolívar. Fui a primeira mestranda a defender dissertação na PUC.

SRA: *Qual era a área de estudo?*

MTS: Chamavam de pós-graduação em Ciências Sociais com especialização em Ciência Política, porque o Bolívar era da Ciência Política. Ele tem uma trajetória muito interessante, vocês devem conhecer. Ele foi o único professor aposentado compulsoriamente durante o regime militar sem estar vinculado ao serviço público.

GM: *Na ditadura, não é?*

MTS: Sim, durante a ditadura. Fui a primeira pessoa a defender tese no mestrado do programa de pós-graduação da PUC e dava aula de Ciência Política nesta faculdade. Dei aula sobre teoria política, política brasileira e partidos políticos. Pouco antes de defender o mestrado, o Bolívar me disse que haveria um concurso para professor na USP e sugeriu que me inscrevesse e falei: "Bolívar, fui reprovada para fazer pós, como vou entrar para ser professora?!" e ele disse que eu deveria tentar, que para o ingresso na pós não havia critérios objetivos. Fiz o concurso e entrei.

GM: *Para professora?*

MTS: Sim.

GM: *Você já tinha o mestrado?*

MTS: Não. Defendi o mestrado logo depois de ter sido contratada como auxiliar de ensino na USP. Fiz o doutorado na USP, porque era meio obrigatório – mas acho que na PUC não havia doutorado ainda. Meu orientador foi o José Augusto Guilhon Albuquerque, do departamento de Ciência Política. O Prof. José Augusto foi um excelente orientador. Minha tese foi sobre partidos políticos e seu desempenho no ABC paulista. Depois de fazer o doutorado, passei a dar aulas também na pós-graduação e acabei dirigindo a pós-graduação na Ciência Política da USP. Mas havia uma questão que sempre me incomodou. Na minha seleção para o mestrado, fui rejeitada – ou pelo menos não fui aprovada –, só que não houve prova. O que houve foi uma conversa que não avaliava conhecimento e projeto de pesquisa, na qual não fui aprovada. Por isso insistia muito que houvesse provas objetivas e, o mais importante, que não se soubesse quem estava fazendo a prova. E isso acabou sendo aprovado.

SRA: *Em que época foi?*

MTS: Não lembro. Mas isso é uma questão que tenho muito orgulho. Você ser reprovada, como aluna, em uma seleção sem prova objetiva, mas apenas uma conversa sem um tema sequer relacionado à Ciência Política... Me lembro de vários professores falando: "Pare de contar essa história!" ao que lhes respondia: "Não paro, porque acho que isso tem que ser institucionalizado de outro jeito". Quer dizer, só entra na pós quem foi aluno da USP ou vai por indicação?! Achava uma desigualdade sem tamanho. Considerava esse procedimento injusto e tive um papel relevante contra ele, no qual contei com o apoio de muitos professores. Um grupo de professores, do qual eu fazia parte, instituiu a prova teórica objetiva em que os avaliadores não sabiam quem era o candidato.

GM: *Vocês instituíram a prova escrita, blinds?*

MTS: A prova *blinds* é o mais importante. Corrigíamos a prova sem saber quem era o candidato e depois vinha a entrevista oral sobre o projeto de pesquisa. Continuei dando aula na USP e depois foi fundado o Idesp [**Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo**].

SRA: *Esse programa de pós-graduação era de Ciências Sociais ou já era de Ciência Política?*

MTS: Ciência Política. Quando ingressei, o departamento já era separado.

GM: *Você falava do Idesp.*

MTS: Foi fundado o Idesp pelo Bolívar Lamounier e vários professores da USP também como a Maria do Carmo Campello de Souza e docentes de várias áreas – economia, direito, administração. Fui para lá fazer pesquisa e atuei bastante como pesquisadora. Devo ao Idesp a minha virada para estudar o sistema de justiça. Em todas as eleições se fazia pesquisa lá. Sempre estudei sobre partido político, tanto é que escrevi sobre a eleição do Jânio Quadros, a respeito da qual publiquei um capítulo de livro. Eram sempre partidos e eleições nessa área. Na eleição de 1989, o Bolívar me disse: "Você não vai estudar sobre a atuação dos partidos nesta eleição. Seu tema será justiça eleitoral". A partir de então, comecei a me interessar por este órgão do judiciário, a Justiça Eleitoral. Naqueles anos, não havia qualquer disciplina voltada ao estudo do Poder Judiciário ou das instituições do sistema de justiça, nem na graduação nem na pós-graduação em Ciências Sociais. Sobre partidos políticos e o sistema partidário havia cursos, assim como sobre o executivo. Deve ser dito que o Poder Judiciário, até os anos 1980, não era, de fato, uma instituição relevante, um ator político de primeira grandeza.

A instituição foi muito apequenada durante a ditadura militar. Na eleição de 1989, estudei a Justiça Eleitoral. A instituição desempenhou um papel fundamental: sem a sua atuação, certamente, os resultados teriam sido distintos e a eleição menos legítima. A partir dessa primeira pesquisa, me interessei pelo Judiciário e em seguida por todas as instituições que compõem o sistema de justiça. Depois da Justiça Eleitoral, minha primeira pesquisa foi sobre os magistrados. A indagação básica era: quem são os juízes, tanto do ponto de vista demográfico (gênero, idade, estado civil) como sociológico (origem familiar, escolaridade paterna e materna, faculdade em que se formou etc.) e o que pensavam (questões sociais, políticas e jurídicas). Em seguida, fizemos, no Idesp, uma pesquisa sobre o Ministério Público – quem eram os promotores e o que eles pensavam. Em resumo, abandonei temas relacionados ao Legislativo e ao Executivo e me dediquei, quase que exclusivamente, a temas da área de justiça – instituições; acesso à justiça; relação entre as instituições; impactos das decisões judiciais na economia e na sociedade.

GM: *Porque quando você entrou ainda não era uma área...*

MTS: De fato, quando comecei a estudar o Poder Judiciário, as questões relacionadas à justiça ainda não constituíam uma área legítima de estudo e pesquisa capaz de atrair um número significativo de estudantes ou mesmo de constar como disciplina nos cursos de Ciências Sociais. Tanto assim que os primeiros estudos foram feitos pelo Idesp. No Idesp, além do forte apoio de Bolivar Lamounier, houve a importante participação de Rogério Arantes, que acabou se tornando meu orientando tanto no mestrado, quanto no doutorado. Rogério desenvolveu estudos de referência sobre o Poder Judiciário e sobre o Ministério Público. Posso dizer que contribuí para formar uma primeira geração voltada para o estudo e a pesquisa sobre o sistema de justiça. Além de Rogério Arantes, devo citar Fábio Kerche, Luciana Gross – que hoje está na FGV [Fundação Getúlio Vargas], Fabiana Luci Oliveira – professora na Federal de São Carlos, Maria da Gloria Bonelli, Rosangela Batista, dentre outros. Eu os chamo de "minha primeira geração" e brinco que já tenho netos, porque essa turma já tem orientandos! Essa área de estudos e pesquisa da Ciência Política nasceu no Idesp, depois também foi para o Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro], tanto que o Werneck Vianna, depois de nós, fez o livro sobre os juízes – *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Foram esses dois centros que iniciaram esta área e difundiram a importância das temáticas voltadas à justiça. Eu me aposentei antes dos 60 anos, porque comecei a trabalhar muito cedo.

SRA: *Por que decidiu se aposentar cedo?*

MTS: Para ter maior liberdade de fazer pesquisa. Saí do departamento de Ciência Política, mas continuei a dar aula na pós-graduação. Ministrei, com Gildo Brandão, por diversas vezes, a disciplina de Teoria Política; também participei de um curso com Matthew Taylor sobre o sistema de justiça. Durante todo o tempo, estive muito envolvida nas tarefas de pesquisa e, devido a essas pesquisas, fui convidada para dar aulas e palestras em várias instituições, especialmente em escolas da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Participo desses cursos até hoje. Creio que o maior interesse dessas escolas está em incluir perspectivas não jurídicas de análise, contar com um olhar diferente sobre suas respectivas instituições e sobre problemas que enfrentam no exercício de suas obrigações constitucionais. A partir dessas atividades, acabei sendo convidada para dirigir o Departamento de Pesquisas Judiciais (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça [CNJ] durante a presidência da Ministra Carmem Lúcia. Fiquei durante dois anos indo para Brasília toda segunda e voltando toda sexta-feira para São Paulo. Laços afetivos me animavam a enfrentar voos semanais, apesar do custo financeiro.

SRA: *Quando acabou o mandato dela?*

MTS: O mandato da ministra Carmem Lúcia acabou em setembro de 2018. Foi exatamente nesta data que saí do DPJ. A experiência foi importante, aprendi muito, minha principal parceira era a prof.ª Fabiana Luci, mas não tinha nenhum interesse em ficar em Brasília. Devo dizer que não se tratou de uma escolha. Não fui convidada para permanecer. Não existia, pois, a alternativa. Vim para São Paulo e retomei minhas atividades de estudo, pesquisas, aulas, palestras.

SRA: *Você está no Direito da USP?*

MTS: Tenho participado, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, de uma disciplina de pós-graduação – Pesquisa Empírica em Direito –, com os Professores Carlos Alberto de Salles, Susana Henriques da Costa, Paulo Eduardo Alves da Silva. Este curso é inovador. É a primeira disciplina na Faculdade de Direito voltada para pesquisas empíricas.

GM: *Queria que você retomasse um pouco sobre quais foram e são as suas principais referências no seu trabalho. Autores e obras. Você já falou do Bolívar e do Idesp. Quem mais você gostaria de acrescentar?*

MTS: Aqui do Brasil?

GM: *Tanto faz. Como você quiser.*

MTS: Como disse, devo a Bolívar Lamounier o ingresso nessa área. Durante o desenvolvimento das primeiras pesquisas e depois, de forma muito estreita, tive contato com duas pessoas que considero meus orientadores também: Professor Kazuo Watanabe, que inclusive foi homenageado na última sexta-feira na Faculdade de Direito da USP – participei de uma das mesas; e Professora Ada Grinover, uma das mais respeitadas processualistas do país, de reconhecimento internacional – infelizmente faleceu em julho de 2017. Esses dois professores são fundamentais na minha carreira profissional. Em 1999, Dr. Kazuo fundou o Cebepej [Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais], que contou com a participação ativa de Ada Grinover e de mais um grupo de juristas e advogados. O Cebepej, desde a sua fundação, tem uma importância muito grande na área do Direito. Fui diretora de pesquisa, participei de várias investigações. Em 2016, fui obrigada a me afastar por causa do CNJ. Quando regressei para São Paulo, retomei minhas atividades. Devo assinalar que Kazuo Watanabe e Ada Grinover são personalidades importantíssimas na história da justiça brasileira! Ambos são os responsáveis por leis extremamente relevantes como, por exemplo, a Ação Civil Pública, a lei do consumidor, os juizados especiais... Todos esses avanços tiveram origem nos trabalhos desses dois professores. Tive uma estreita relação com os dois. A Ada, que eu adorava, infelizmente morreu. Fiquei muito mal, me dava muito bem com ela. Dr. Kazuo é um exemplo tanto como profissional, quanto como pessoa. Está sempre pronto para dialogar. Tem uma humildade que só os sábios saberiam ter.

SRA: *Quando ela faleceu?*

MTS: No dia 13 de julho de 2017.

GM: *Há um ano e meio.*

MTS: Fiquei muito mal com a morte dela. Eu a considerava muito minha amiga. A Ada era italiana, tinha uma personalidade forte, briguenta, mas adorável. Ela e Kazuo eram os opostos, mas conviviam muito bem, formavam uma parceria. Kazuo é zen.

GM: *Ele que te orientava, digamos assim?*

MTS: Exatamente. Ele é zen, não briga, não fala alto, é uma pessoa fantástica! Nós fizemos várias pesquisas juntos. A primeira foi sobre o perfil do réu e contou com a participação do Desembargador Caetano Lagrasta. Os resultados foram tão impressionantes e tão diversos do que se supunha que foram noticiados na primeira página da *Folha de S. Paulo.* Depois fizemos pesquisas sobre juizados especiais, acesso à justiça... Fizemos muitas pesquisas juntos.

GM: *Apenas retomando. Esses três são suas principais influências daqui do país. E fora? Autor, teoria, o que você destacaria?*

MTS: Toda a literatura de acesso à justiça e de poder judiciário foi incorporada. Esses estudos são muito desenvolvidos especialmente nos Estados Unidos, mas também na Europa. Em contraste, são mais recentes entre nós. Enquanto nos EUA datam do século XIX, no Brasil são bem mais tardios. Além disso, deve ser dito que a justiça no Brasil apresenta muitas singularidades. É claro que lemos a bibliografia e tentamos acompanhar a literatura internacional. Afinal, muitos dos paradigmas estão presentes em textos de estudiosos norte-americanos e europeus. No que se refere ao acesso à justiça, há uma literatura clássica, comumente citada nas análises feitas no Brasil. Da mesma forma, é vasta a bibliografia de estudos sobre o Judiciário e especialmente sobre a Suprema Corte nos Estados Unidos. Essas referências são norteadoras dos estudos sobre as instituições brasileiras. Contudo, cabe observar que o Brasil tem um modelo de justiça bastante singular. Quer dizer, não dá para comparar o Judiciário brasileiro com o norte-americano – embora o tenhamos copiado como peça essencial do modelo de presidencialismo –, porque aqui o grau de autonomia dos ministros é muito maior, o grau de politização do judiciário é maior, assim como o protagonismo judiciário. Enfim, toda essa literatura é aquela com a qual convivo. Se vocês olharem a minha estante é, praticamente, toda de livros de Direito, de Sociologia do Direito e muitos de pesquisadores de origem norte-americana.

GM: *Mas há algum guru, algum mestre que você tenha?*

MTS: Não, não tenho guru. Guru significaria dizer que vou seguir aquela linha e isso não corresponde à verdade.

GM: *Nem um autor superinfluente?*

MTS: Não. O conjunto é que é importante e as diferenças em perspectivas e abordagens.

GM: *Você contou com apoio financeiro e institucional para seguir pesquisando nas áreas que te interessavam?*

MTS: Claro. No Idesp, por exemplo, a Fundação Ford, a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] e a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] foram fundamentais. No Cebepej, também obtivemos recursos, mas não quero ser injusta, porque não vou me lembrar de todos os patrocinadores.

GM: *Alguma coisa do governo federal?*

MTS: Sim. O CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] sempre me concedeu bolsa de pesquisadora. Também recebi verba federal por parte do Ministério da Justiça. A pesquisa sobre a Defensoria Pública, por exemplo, foi financiada pelo Ministério da Justiça.

GM: *Ou seja, financiamento de pesquisa para você não foi um obstáculo ou dificuldade. Você sempre foi apoiada de um modo geral.*

MTS: No Idesp, sempre. Todas as pesquisas obtiveram financiamento de uma dessas instituições apoiadoras. Ou a Fundação Ford, ou a Fundação Adenauer, ou a Fapesp. Esses financiamentos sempre foram sumamente importantes. Isto não quer dizer que não houve esforço na elaboração de projetos e empenho para conseguir verbas que eram disputadas por uma série de instituições e pesquisadores.

GM: *Você atribui essa oferta considerável de apoio e financiamento que tiveram ao tema? Dado o cenário mais geral de dificuldades de suporte dessa natureza, para além de todos os seus méritos, naturalmente.*

MTS: Não sei... Não diria que tem a ver apenas com o tema que, obviamente, é importante e relevante. Pesquisas na área de acesso à justiça sempre foram vistas como relevantes e, de certa forma, contavam com maior simpatia das agências estrangeiras, como a fundação Ford. Mas devo dizer que a Ford financiou, também, os estudos sobre o Poder Judiciário e o Ministério Público. Assim, ainda que o tema tivesse peso, eu não diria que era apenas o tema. O Idesp sempre primou pela qualidade de suas pesquisas.

GM: *Mas não foi uma dificuldade para você obter financiamento?*

MTS: Nós batalhávamos muito. Lembro-me de quantas vezes fomos ao Rio de Janeiro, onde era a sede da Ford, para falar com seus representantes. Como o Idesp era uma instituição privada, sem fins lucrativos, todas as pesquisas só podiam ocorrer se houvesse financiamento, sobretudo se fossem pesquisas de âmbito nacional, que implicavam verbas relativamente altas devido a viagens, estada e maior número de pesquisadores.

GM: *Mas você não deixou de fazer nenhuma pesquisa por falta de financiamento?*

MTS: Não, nunca.

SRA: *E em termos de apoio institucional? Existe o apoio institucional financeiro, mas há também o apoio institucional do departamento. O Idesp sempre foi...*

MTS: Nunca fiz pesquisa com o apoio financeiro do departamento de Ciência Política da USP, ou da Faculdade... Todas as pesquisas tiveram guarida no Idesp. Depois do encerramento do Idesp, fiz pesquisas para o Cebepej, para a Associação dos Magistrados Brasileiros [AMB], para a Secretaria de Reforma do Judiciário ligada ao Ministério da Justiça – na gestão do Ministro Márcio Thomaz Bastos –, para Defensorias Públicas estaduais, para a *Open Society*, para o Instituto Innovare – que premia as melhores práticas no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na advocacia e na sociedade.

SRA: *É porque um dos focos de interesse de pesquisa da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] é verificar se vocês interpretam que existe uma dificuldade extra por ser mulher. Você interpreta que havia entradas diferentes?*

MTS: Não sei dizer dos outros casos, mas, na minha experiência pessoal, o fato de eu ser mulher não foi um fator determinante, nem a favor, nem contra.

SRA: *No DCP-USP [Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo], você menciona que foi coordenadora da pós. Teve outros cargos aos quais você se dedicou? E no Idesp também?*

MTS: No Idesp, sempre fui pesquisadora. Fizemos muitas pesquisas, publicamos muitos relatórios e livros. Houve um tempo em que o dirigi também, tal como o Bolívar e o Sérgio Miceli. Não acho que o fato de ser mulher tenha me impedido de qualquer coisa, mas não vou dizer que esse fato não é relevante, ele faz diferença. Tampouco vou dizer que neste país não há preconceito contra a mulher, porque é óbvio que existe. Não sei dizer se não consegui ingressar na USP como estudante de pós por eu ser mulher. Acho que foi por ser desconhecida, não tinha me formado lá, ou seja, não conhecia nenhum daqueles grandes mitos que havia na época [Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Estevan Martins, Juarez Brandão, Oliveiros Ferreira]. Não saberia dizer se foi por isso, mas certamente teve algum peso. Antes de ir para a USP como docente, dei aula na Escola de Sociologia e Política na PUC e hoje sou chamada para muitas Escolas da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública. A minha condição de mulher não impediu isso.

GM: *Se houvesse sido uma questão mais forte você teria sentido de pronto. As instituições nas quais você estava inserida sempre te apoiavam nas pesquisas ou havia alguma resistência?*

MTS: Sempre me apoiaram, porque estas instituições dependiam do financiamento das pesquisas. Trabalhávamos em conjunto. Não se tratava de eu negociar com a Ford, era uma negociação institucional.

GM: *Era o DCP-USP?*

MTS: O DCP-USP não tinha nada a ver com isso.

GM: *Era o Idesp?*

MTS: Sim, as negociações eram feitas pelo Idesp. Na USP, era muito difícil fazer pesquisa devido à força da burocracia. Como disse, era o Idesp que negociava, depois o Cebepej. A propósito, devo dizer que uma das razões pelas quais fundamos o Idesp foi a possibilidade de desenvolver pesquisas sem ter que passar por trâmites burocráticos.

GM: *É interessante registrarmos isso. Que esquema burocrático era esse?*

MTS: Você teria que pedir uma série de autorizações: diretor, reitoria etc. Além disso, parte do orçamento seria destinada para a instituição. Não saberia dizer se estes entraves existem até hoje, parece que não. Tanto assim que vários núcleos de pesquisa foram abertos na USP, como o Nupps [Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas], que tem realizado pesquisas.

GM: *Esses entraves envolvem apenas a gestão dos recursos financeiros? Não envolvem os aspectos acadêmicos?*

MTS: Aspectos acadêmicos nunca se constituíram em entrave. Há liberdade de expressão e de pensamento. Os entraves são ou eram de natureza burocrática. Há liberdade total para dar aula, para pesquisar, para definir temas de curso e pesquisa. Pode-se, inclusive, falar a bobagem que quiser, tanto que hoje li no jornal que um professor do Direito – não o conheço – falou uma asneira sem tamanho! Se não tivesse lido e alguém me contasse, acharia que era *fake news*.

GM: *Ele repete uma bobagem que já falou três, quatro anos atrás, referente à ditadura.*

MTS: É. Parece que ele gosta dessa bobagem. Isso significa que há liberdade de expressão. E, na mesma medida, eu também tenho o direito de discordar e espero que assim continue. Ou seja, que cada um possa dizer a bobagem que quiser, mas que responda por seus atos.

GM*: Na organização feita pela ABCP, essa entrevista é dividida em blocos. E esse bloco trata mais da relação da sua vida privada com a trajetória acadêmica, porque, como falamos, são experiências vividas por mulheres protagonistas na Ciência Política.*

MTS: Lourdes [Sola] me disse que tampouco sentiu isso.

SRA: *Na verdade, fiquei responsável por entrevistar quatro professoras – só falta uma – e tenho a impressão de que todas vão ter afirmado que não sentem isso.*

GM: *É bem interessante isso.*

MTS: Eu estaria distorcendo a realidade ou o desenrolar de minha carreira profissional se admitisse que em algum momento tivesse vivido dificuldades pelo fato de ser mulher.

SRA: *Também não sinto, mas acho que talvez tenha a ver um pouco com a nossa personalidade. Há mulheres que têm uma personalidade assertiva que as protege.*

MTS: Talvez você tenha razão. Tem um traço que é muito significativo também: mulheres assertivas são mulheres que lidam com a vida privada de outra forma, como o fato de não ser dependente de homem algum. São mulheres que valorizam a profissão. Fui, durante um tempo, oficialmente casada, mas, atualmente, tenho uma relação estável, morando em casas separadas. É uma relação já de doze anos. Não sou sustentada por ele. Certamente não correspondo ao padrão de mulher do século XIX e parte do XX.

SRA: *Mas tem duas questões diferentes. Uma é como somos enxergadas no trabalho e tem outra que talvez seja ainda mais forte, que é o modo como equilibramos aspectos da vida pessoal familiar com a vida profissional. Você interpreta que fez escolhas que tinham a ver com papéis pessoais da esfera familiar e atenções que você gostaria de ter com seus familiares?*

MTS: Não entendi.

SRA: *Existe, na literatura feminista, uma percepção de que nós fazemos mais escolhas de cuidado familiar do que os homens.*

MTS: Que cuidados?

SRA: *Por exemplo, reservar tempo e forças, custe o que custar, para cuidar de familiares. Acho que é uma escolha mais tipicamente feminina do que masculina.*

MTS: Pode ser. Mas também é um traço meu, de personalidade. Sou muito afetiva, muito ligada à família, muito angustiada e preocupada. São características minhas. Cuido das pessoas de que gosto e tenho um grau de transparência muito alto, que herdei de meu pai. Voltava de Brasília para estar principalmente com minha mãe, que já tem 90 anos. E também com minhas irmãs e com meu parceiro afetivo.

SRA: *Você disse que foi casada uma vez e que agora tem uma relação...*

MTS: Estável.

SRA: *Na sua interpretação, o casamento não foi algo que te tolheu, que te fez fazer escolhas que tiveram impacto profissional?*

MTS: Quando me casei, já era professora da PUC. Depois de casada, fui fazer pós-doutorado nos Estados Unidos e ele não foi comigo. Pode ser que isso tenha atrapalhado a minha relação, mas não deixei de ir. Fui para San Diego, na Califórnia, voltei e continuei casada. As minhas crises no casamento têm menos a ver com a minha independência e com a minha vida profissional do que com outros aspectos da relação. Era uma relação que chegou a um ponto em que não me dava mais alegria, felicidade e, por isso, resolvi romper. E, depois dessa experiência, o chamado casamento tradicional deixou de me atrair. Vivo uma relação que é estável, mas fora desses moldes.

SRA: *Você tem filhos?*

MTS: Não. Mas não foi porque não os queria; os quis e muito. Quando me casei já dava aula na universidade, já era professora. Mas, felizmente, ou infelizmente, sei lá, meu marido não podia ter filhos. Até fizemos tratamento, mas nunca tive filhos.

GM: *Ficando mais literal, como é que você veria os impactos que a sua vida privada causou na sua trajetória profissional e vice-versa?*

MTS: Honestamente, acho que a minha vida profissional não foi muito afetada pela minha vida privada. Ao contrário, a minha vida profissional foi uma coisa que sempre me deu muito prazer, muito mesmo. Adoro dar aula, até hoje. É uma coisa que me dá muito prazer. Posso estar muito triste e chateada, mas quando começo a dar aula, em alguns minutos já esqueço o meu problema. Até hoje, se você me pedir para dar uma aula que já dei vinte vezes, estudo e fico nervosa. Preparo essa aula como se fosse a primeira vez.

GM: *E você acredita que a relação entre a vida profissional e a privada se dá de maneira semelhante com a dos seus colegas homens da sua geração?*

MTS: Talvez não. Acredito que os homens têm mais liberdade, porque têm menos receio. Lembro que quando entrei na faculdade, na USP, uma professora que ficou muito amiga minha me disse: "quando vamos buscar um filho ou na escola, ou porque está doente, ficamos com mil receios; um homem quando faz isso fala com tranquilidade e sai 'na maior', está tudo bem para ele". Acho que há diferenças gritantes deste ponto de vista. Talvez hoje muito menos do que no passado. Acho que nenhum dos meus amigos ou colegas que conheço e estão na faculdade hoje teriam o receio que se tinha, na minha época, de dizer: "vou embora, porque preciso cuidar do meu filho". Acho que mudou e mudou muito!

GM: *Iniciando o terceiro bloco, vamos tratar mais da condição de mulher na Ciência Política e gostaríamos que você fizesse uma avaliação desse campo disciplinar no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, da Ciência Política no país nas últimas décadas?*

MTS: A Ciência Política foi a última das Ciências Sociais a se institucionalizar, depois da Sociologia e da Antropologia. No que diz respeito à questão de gênero, é o departamento com menos participação feminina. Antropologia tem muito mais, seguida da Sociologia. Mas, hoje, o processo de

institucionalização da Ciência Política está bastante consolidado, basta ver a quantidade de pesquisas que temos na área. Fiz um levantamento recente com a professora Fabiana Lucy de Oliveira, da Universidade Federal de São Carlos, e observamos que o conjunto de pesquisas é extraordinário tanto do ponto de vista da quantidade, como da qualidade e da diversidade!

GM: *Pesquisas sobre o Judiciário?*

MTS: Fiz referência a pesquisas na área da Ciência Política, que foi o tema sobre o qual você me perguntou. Mas, na temática referente ao Judiciário, também é alto o volume de estudos e publicações.

GM: *E isso tudo está disponível?*

MTS: Esse levantamento que fizemos está publicado. Pode buscar: Fabiana Lucy de Oliveira e Maria Tereza Sadek. Não sei direito agora a referência bibliográfica, mas acho que foi publicado pela FGV-Rio. A propósito, esqueci-me de contar que, atualmente, também estou trabalhando na FGV-Rio em uma comissão que analisa projetos de pesquisa. Também desenvolvo pesquisas no Centro de Estudos de Direito Econômico e Social [Cedes] e que sou integrante do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária [Conar]. A ABCP que tem uma trajetória não linear. Na primeira vez em que ela foi fundada, eu participei. Era presidida pelo Prof. Olavo Brasil de Lima Jr.

GM: *Isso em?*

MTS: Não me recordo o ano exatamente. Procure nos arquivos...

GM: *Antes dos anos 2000?*

MTS: A ABCP foi fundada, depois desapareceu e, posteriormente, foi refundada. Não tenho memória para marco temporal. Isto vale tanto para a minha vida profissional, quanto para a minha vida privada.

GM: *Seus marcos não são temporais?*

MTS: Não, não são.

GM: *Nesse período em que você acompanha este campo de conhecimento, quais foram, para você, as virtudes e limites do campo?*

MTS: São muitas as virtudes. Hoje, é uma área consolidada, sobretudo, em alguns centros e, nos últimos anos, esse processo foi se expandindo para muitos locais. Antigamente, era São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro apenas; hoje temos pesquisadores de qualidade em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, no Distrito Federal, enfim, em muitas unidades da federação. A produção é muito grande, se diversificou e se difundiu de forma impressionante pelo país inteiro. Obviamente, a qualidade é diferente, basta olhar o *ranking* do CNPq e da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. Mas é importante frisar que a área tem se consolidado e expandido, isso é uma virtude muito grande. Claro que ainda há problemas e desafios, como a questão dos centros de qualidade, que estão localizados em poucos estados, assim como os cursos de pós-graduação, especialmente o doutorado.

GM: *Centros de pesquisa?*

MTS: Sim. Os centros de excelência não estão distribuídos de forma equitativa em todas as unidades da federação.

GM: *Quando você está em um hotel, ou algo do tipo, e precisa identificar sua profissão, você escreve o quê?*

MTS: Professora.

GM: *E cientista política?*

MTS: Às vezes, mas em geral me identifico como professora.

GM: *E você notou ou nota em sua trajetória que quando você se diz cientista política isso causa estranhamento? – Não entre os seus pares.*

MTS: Muitos falam: "Coitada, você tem que saber dessa política que está aí?!" Para o senso comum, cientista político significa entender e/ou conviver com a classe política e, de alguma forma, ter que lidar com os políticos que são vistos como corruptos etc. Por vezes, chego a ficar meio constrangida e tento explicar as atribuições da nossa profissão. Mas, sei que o estranhamento ainda é dominante!

GM: *Você se vê mais como professora do que como cientista política?*

MTS: Quando me perguntam sobre a minha profissão digo professora. Você se diz o quê? Professora?

SRA: *Depende do lugar. Digo mais professora, mas quando alguém quer saber especificamente...*

MTS: Ah, bom, nesse caso tudo bem.

GM: *Digo cientista política sempre.*

MTS: Sempre?!

GM: *Mas é porque não dou aula.*

MTS: Certamente é por isso. Dar aula, para quem gosta, é um prazer. Compõe sua identidade.

GM: *Ainda não tive essa experiência. Só no pós-doc.*

MTS: Dar aula é uma atividade que te deixa nervosa e ao mesmo tempo te dá prazer. Por exemplo, meu primeiro texto foi sobre Maquiavel – tenho três textos sobre esse fundador da Ciência Política. Weffort organizou, na USP, um livro sobre teoria política e convidou vários professores do departamento para escreverem sobre os diferentes autores. O capítulo sobre Maquiavel era meu. Este livro organizado por Weffort é uma referência para estudiosos de teoria política. Depois desse artigo elaborei um livro.

GM: *Acho que tenho esse livro.*

MTS: É? O título do meu livro é: "Maquiavel: a política como ela é". O livro está esgotado – confesso que adoro esse livro. Para o livro organizado por Weffort, escrevi sobre Maquiavel. Depois fui para Londres, para um *pós-doc*, e foi lá que resolvi escrever o livro "Maquiavel: a política como ela é". Era

um livro para divulgar Maquiavel e para combater as inúmeras bobagens que se fala sobre ele, num discurso em que tudo vira maquiavélico ou maquiavelismo etc. Nas aulas sobre Maquiavel, por exemplo, – já perdi as contas de quantas já dei, mas devem somar mais de cem ou mesmo duzentas –, tiro da estante, de novo, "O Príncipe" e vou ler tudo novamente, porque cada leitura é uma leitura nova. Leio e descubro novas coisas. Sobre Maquiavel, sou capaz de falar do livro inteiro para vocês de tantas vezes que já li "O Príncipe".

SRA: *Você já avaliou os caminhos da Ciência Política de uma forma geral. Agora, nos caminhos da sua área de sistemas de justiça, você acha que ela avançou?*

MTS: Avançou muito. Temos pesquisas e livros importantíssimos sobre o Poder Judiciário, sobre o Ministério Público e sobre a Defensoria Pública. Sobre um número significativo de temas houve avanços como, por exemplo, sobre o acesso à justiça, sobre o Supremo Tribunal Federal. Hoje, se você quiser programar um curso sobre cada uma dessas instituições, pode contar com uma literatura diversificada, com várias percepções e interpretações.

GM: *E muito rapidamente, porque, pelo o que você disse, foi a partir da redemocratização, ou seja, um processo que remete a cerca de trinta anos.*

MTS: Exatamente. Lembro-me que a primeira vez em que falei de sistema de justiça, Andrei Koerner – com quem você trabalhou – fez uma crítica, dizendo que o termo era funcionalista. Lembro-me disso, estava com o Rogério Arantes, inclusive. Não respondemos, porque seria dar importância a uma crítica infundada. Hoje, todo mundo usa esse termo e fomos nós no Idesp que o utilizamos pela primeira vez. Essas instituições só existem uma em relação às outras, sozinhas elas são pouco. Por isso se trata de um sistema. Acusação, defesa e julgamento.

GM: *Nessa temática de sistemas de justiça, que você disse que está muito consolidada, há alguns buracos em algumas áreas que ainda precisam ser...*

MTS: Certamente há lacunas! Por exemplo, se você for estudar o Poder Judiciário, vai se defrontar com muitas lacunas. Há muitas informações precárias, porque os dados são ruins e, por vezes, inexistentes. O CNJ ajudou muito no aperfeiçoamento dos dados, mas ainda falta muito. Por exemplo, temos muitos tribunais no país com sistemas de informatização de dados diversos. Essa situação até hoje não está resolvida. Persistem sistemas de base de dados distintos e que não conversam entre si. Às vezes, em um mesmo tribunal, o 1º e o 2º grau contam com sistemas diferentes. Além disso, faltam dados sobre uma série de variáveis como, por exemplo, a identificação completa das partes, demandantes e demandados. Nesse sentido, é problemático responder a uma indagação tão simples como: quem são os principais litigantes? Chega a ser inexplicável não constar dos processos, passíveis de se pesquisar nos tribunais, dados dos litigantes, quer na parte passiva, como na ativa, com identificação a partir do CPF ou do CNPJ. O registro apenas pelo nome não permite que se saiba, com rigor, do que se trata. Fiz uma pesquisa com a Associação dos Magistrados Brasileiros sobre os principais litigantes no país. Confesso que tivemos que enfrentar inúmeras dificuldades. Em alguns tribunais, chegou a ser uma impossibilidade! Note-se que a pesquisa tinha o apoio da AMB, o que significa dizer facilidade no acesso aos dados. Vou exemplificar uma das dificuldades: o Itaú, por exemplo, aparecia como Itaú, Banco Itaú, Itaú S/A, Itaú Financeira, ou seja, era o mesmo litigante com nomes diferentes. Como são muitos os processos, é difícil avaliar o número exato de litigantes habituais.

GM: *Provavelmente, algumas referências ao mesmo litigante escapariam.*

MTS: Provavelmente sim. Daí a questão: Por que não cadastram as pessoas jurídicas pelo CNPJ? Por que não colocam o CPF, no caso de pessoas físicas?

GM: *Por quê?*

MTS: Acho que, por um longo tempo, o Judiciário não foi pesquisado e como não havia preocupação com o grau de transparência, cada tribunal, cada servidor cadastrava como bem entendia. Isso faz com que os dados sejam ainda hoje muito precários. Apesar dessas deficiências, é importante registrar: são poucos os países do mundo cujo sistema de justiça possui a transparência encontrada no caso brasileiro. Ou seja, pouquíssimos judiciários têm e publicam dados. Nem nos Estados Unidos, país em que a justiça é mais antiga que a nossa, regido pela mesma Constituição desde 1787, consegue-se o volume de informações que temos sistematizado no CNJ. Nos EUA, chega a ser impossível obter dados sobre o número de processos que entra na justiça americana como um todo, uma vez que os dados são estadualizados, descentralizados. Sobre a Suprema Corte, é possível obter esses dados, assim como sobre uma parte da justiça federal.

GM: *Na sua trajetória de investigação sobre sistema de justiça, há algo que a surpreendeu ou que você considere memorável?*

MTS: Essa pesquisa que acabei de citar, que fiz para a AMB, mostrou uma realidade surpreendente. Quando ainda estava no Idesp, me recordo bem que o primeiro livro que publicamos sobre o Judiciário escrevi no meu artigo: "no Brasil, temos uma situação paradoxal: litigantes de mais e litigantes de menos". Ou seja, no que se refere ao acesso de justiça, há aqueles que demandam em excesso e há uma multidão que sequer entra no Judiciário. Daí a expressão, demanda de mais e demanda de menos. Isto é, não havia um acesso universal à justiça, mas um acesso concentrado da utilização da justiça. Isso foi escrito com base em dados do início dos anos 2000. Quando fui fazer essa pesquisa para a AMB, entre 2010 e 2011, com base na análise de processos – portanto com outro tipo de dados e mais recentemente –, percebi que o grau de concentração dos litigantes habituais é ainda maior do que os dados estatísticos mostravam. Em alguns estados, apenas três partes, ou atores, respondem por mais da metade das ações que tramitam no judiciário. Em outros tribunais chegam a oito o número dos que respondem por mais da metade das demandas feitas. O grau de concentração é extraordinário! Confesso que fiquei realmente impressionada com os resultados. Imaginava uma concentração de usuários do Judiciário, mas não tão alta! Se você considerar o setor público – sobretudo os governos municipais, estaduais e federal –, e adicionar o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] e os grandes bancos, tem um retrato praticamente total dos processos na justiça! Ora, essa situação obriga-nos a repensar a identidade do Judiciário e políticas de acesso à justiça.

GM: *Que interessante, a justiça é do poder econômico ou público.*

MTS: Exatamente. O grau de concentração observado permite discutir e qualificar o acesso à justiça no Brasil... Se você olhar os números publicados pelo CNJ, vai verificar que são cerca de 80 milhões de processos no Judiciário e pode concluir: "Nossa, são muitos processos, um número surpreendente!" Porém, uma análise dos processos indica que o grau de concentração é enorme! Não há, de fato, a universalização do acesso à justiça. De meu ponto de vista, isso é um dado de muito impacto, forte mesmo. Gostei muito de ter feito essa pesquisa. Pesquisas são valiosas quando permitem diagnósticos e, consequentemente, fundamentam a elaboração de políticas públicas.

GM: *Está publicada?*

MTS: Sim. Foi publicada pela Associação de Magistrados, a AMB. Ainda deve estar no site. O título da publicação é: "O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil."

SRA: *Pensando na condição da mulher na academia, mas em comparação ao seu contato com o Judiciário... É a mesma coisa? Queria saber se, por um acaso, em sua opinião, o Judiciário é mais difícil para a mulher do que a nossa área.*

MTS: Muito mais. Definitivamente, o Judiciário é muito mais machista. Embora a participação feminina venha crescendo, ela ainda é muito pequena. Nos tribunais superiores, há mais visibilidade. Quer dizer, desde a presidência de Fernando Henrique Cardoso, que colocou a primeira mulher no Supremo Tribunal Federal [STF] – a ministra Hellen Grace – essa participação vem crescendo, ainda que a passos lentos. Hoje, no STF, há duas ministras em onze. Acabou de sair uma pesquisa patrocinada pela AMB, coordenada pelo Ministro Salomão do STJ [Superior Tribunal de Justiça] e por Luis Werneck Vianna, mostrando que a participação feminina na magistratura como um todo ainda não é equivalente à masculina. Isto não se repete da mesma forma em todas as instituições do sistema de justiça. Na Defensoria Pública, por exemplo, segundo os últimos dados publicados pelo Ministério da Justiça, há mais mulheres do que homens, sobretudo em algumas unidades da instituição. Quanto ao Ministério Público, também é diferente dependendo dos estados. Mas, no Judiciário, a participação feminina ainda é mínima.

GM: *E onde que se barravam as mulheres?*

MTS: No passado, certamente, no exame oral.

GM: *Ou seja, quando não há nada blind. Barrava ou ainda barra?*

MTS: Agora é mais difícil, mas há um dado que seria necessário pesquisar. Formam-se mais mulheres do que homens nas faculdades de Direito, e há muitas faculdades no país. Li que só no estado do Rio de Janeiro há mais faculdades de Direito do que em todo o país norte-americano. Ainda que esse dado seja exagerado, sabe-se que são muitos os cursos de Direito no Brasil. Nas faculdades de "primeiro time", as mulheres se saem muito bem. Se você acompanhar na linha do tempo, têm ingressado mais mulheres do que no passado, mas ainda assim a participação feminina é pequena no judiciário, especialmente nos tribunais. Para uma análise comparativa, devemos contrastar o Judiciário com os demais poderes de Estado. Assim, qual é a representação feminina no Legislativo, isto é, no Senado, na Câmara nos Deputados, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores? E no Executivo nos diferentes níveis? Além disso, temos também que pesquisar a qualidade dessa representação por gênero. O simples fato da ocupante de um determinado cargo ser mulher não implica, por si só, avaliação positiva. Há exemplos que nos levam a concluir que até seria melhor não ter uma mulher.

GM: *Não tenho a menor dúvida! Nesse momento posso citar duas. Começam com J.*

MTS: Damares começa com D.

GM: *Damares é um pesadelo. Estava pensando em Joice Hasselman e Janaína Paschoal.*

MTS: De fato, às vezes é melhor não ter a representação feminina. Esta constatação também é válida para muitos representantes do gênero masculino. Daí a necessidade de não tornar absoluto ou

único o critério gênero. Quanto às mulheres, vocês devem ter lido que, nas eleições, muitas mulheres eram usadas como "laranjas", porque havia a exigência de cotas. Precisamos tomar um pouco de cuidado quando analisamos essa questão para não radicalizar e advogarmos, sim, a favor do mérito. Além disso, algumas das soluções postas em prática têm alimentado e piorado o preconceito. Essa questão da cota para mulher nos partidos, por exemplo, o que ela provocou? De meu ponto de vista, foi um desastre. Isto não significa descartar a exigência de cota, ou de uma política para aumentar a participação feminina, mas repensar como ela deve ser implementada e quais incentivos devem ser adotados.

GM: *Como evitar isso?*

MTS: Não saberia dizer qual seria a melhor política, mas essa não está funcionando. Certamente, uma solução passa pela educação e pela valorização do mérito.

GM: *Você dizia como o Judiciário podia ser muito mais machista do que a academia e o universo da Ciência Política. Você se recorda de algo específico?*

MTS: Lembro-me de uma fala recente da Ministra Carmen Lúcia. Ela dizia que lera uma pesquisa que afirmava que as mulheres eram muito mais interrompidas quando falavam do que os homens. Isso é um dado significativo. E, também, como lá no interior do Judiciário as mulheres são tratadas. Muitos se comportam como se elas tivessem de ser sempre monitoradas, ou amparadas...

GM: *Ou tuteladas.*

MTS: Tuteladas é a melhor palavra. De toda forma, é um absurdo! E revela a desigualdade entre os gêneros.

GM: *Como você percebe ou avalia as demandas que vêm ganhando importância e que são relacionadas a gênero nos últimos anos no mundo do trabalho, sobretudo no da academia? E, claro, sobre as cotas.*

MTS: Uma iniciativa muito importante foi a Lei Maria da Penha. Essa legislação, de meu ponto de vista, foi um ponto de inflexão. Essa semana, li uma pesquisa sobre as mulheres agredidas. É uma situação horrível, dramática... Os números são gritantes e os totais apresentados não incluem a subnotificação. Caso não houvesse subnotificação, os números seriam ainda muito maiores. Apesar disso, nos últimos anos houve uma abertura para que esses problemas viessem à tona, aparecessem e fossem discutidos e, de alguma forma, se buscasse soluções. Antes, essa situação era muito encoberta, não ficávamos sabendo o alcance desse tipo de violência, embora acontecesse. Hoje, apesar da subnotificação, é um drama sobre o qual a sociedade toma conhecimento, as pessoas falam a respeito, muitas mulheres se conscientizam da importância de denunciar o crime, há portas para abrigar as vítimas. Enfim, é um problema que tem que ser enfrentado. O combate tem muitas dimensões, passando pela educação, pelo amparo e até por mudanças culturais.

GM: *E você acha que a academia tem um papel também, assim como o sistema de justiça?*

MTS: Acho que sim. Outro fato muito relevante foi a emergência e a disseminação dos estudos de gênero na academia. Esses estudos têm aumentado muito e são fundamentais para se elaborar novas políticas públicas. Quando estava no CNJ, fui fazer várias visitas a presídios acompanhando a Ministra Carmen Lúcia. Uma das preocupações mais recorrentes da Ministra era com presas gestantes e com as crianças.

GM: *Me lembro que era uma das bandeiras dela.*

MTS: Sim, era uma bandeira dela. Havia uma diferença visual muito significativa entre os presídios femininos e os masculinos: no presídio masculino você sempre via uma extensa fila para visita, ao passo que nos presídios femininos, praticamente não havia ninguém, as mulheres estão lá abandonadas.

GM: *As instalações são parecidas?*

MTS: As instalações são muito parecidas. Os homens, em geral, não vão visitar as suas companheiras, as suas mães, as suas filhas ou qualquer que tenha sido a relação com elas. As mulheres não têm o mesmo grau de assistência que se nota no presídio masculino. Além disso, as mulheres são muito usadas como mulas, ou seja, elas levam drogas, elas se submetem a desejos que são masculinos. Um percentual altíssimo de mulher presa se deve ao tráfico de drogas ou armas a mando de homem. Uma decisão muito importante que a Ministra tomou foi quando implementou a política de que não poderia ter nenhuma mulher grávida desamparada nos presídios. Ela dizia: "A criança que nasce é um brasileirinho que não tem nada a ver com isso. Então eles devem ser cuidados de uma ou outra forma". Lembro-me da notícia de uma mulher grávida parindo com a mão algemada atrás da cama. É um absurdo achar que alguém que está parindo tem que estar com algemas, porque pode fugir. Enfim, a quantidade de problemas a ser enfrentado é ainda muito grande e, com certeza, passa por aspectos culturais, educacionais e não apenas legislativos.

GM: *A última você já respondeu. Você já enfrentou alguma situação difícil na sua profissão por ser mulher? Por exemplo, essas visitas aos presídios não foram difíceis porque você estava com a Ministra*.

MTS: É, estava com a Ministra Carmen Lúcia. Mas é fato: o Brasil não é um país igual, é repleto de privilégios. Certamente, se eu fosse sozinha, não teria entrado. Aprendi muito no CNJ, porque pude frequentar alguns lugares que não poderia apenas na condição de professora ou de pesquisadora. Lá, tive vontade de começar uma nova pesquisa – que comecei, de fato, é minha pesquisa atual no CNPq – sobre as varas de infância e juventude. É aterrorizante o que se passa nessas varas. Em geral, as crianças são violentadas por pessoas muito próximas, na sua maioria pai, padrasto, tio, avô, vizinho, padrinho, um irmão... É horrível, horrível! Pude perceber que havia juízas, mulheres, muito sensíveis, mas também havia mulheres que tratavam aqueles fatos burocraticamente. A melhor juíza que presenciei atuando em uma dessas varas foi em uma sessão de julgamento em Belém do Pará. Ela não se importava com o tempo que iria gastar, dava atenção total ao problema, era envolvida e se percebia que ela não naturalizou a violência contra crianças vítimas de violência sexual. Ao contrário, cada caso era um caso e não um número no processo; o crime cometido trazia à tona um problema dramático e de sérias consequências para a vítima. Se tivesse de escolher, ela seria a minha juíza modelo. Fiquei emocionada e fascinada com a forma dela de trabalhar! Não posso afirmar que esse tipo de comportamento se deveu exclusivamente ao fato de se tratar de uma juíza. Descartei a questão de gênero como determinante, porque me defrontei com juízes que também se mostraram sensíveis e com juízas absolutamente indiferentes. Assisti a uma audiência com uma juíza que, enquanto o promotor interrogava o réu que havia violentado inúmeras vezes um menino de três anos, ela estava tuitando! Foi um episódio que me fez mal e me mostrou realidades diversificadas no interior da magistratura. Assim como essa juíza, encontrei outros magistrados com praticamente o mesmo tipo de comportamento. Ainda não terminei a pesquisa. Porém, intuo que o tipo de desempenho – maior ou menor sensibilidade – resulte da combinação de uma série de variáveis como gênero, vocação, formação e qualidades intrínsecas às pessoas.

Voltando à sua pergunta, tenho certeza que só pude fazer essa pesquisa, assistir a audiências, a sessões de julgamento, porque estava acompanhada de um juiz e estava no CNJ.

GM: *Interessante porque há um universo que precisa ser pesquisado, mas o pesquisador só consegue acessá-lo por intermédio de algum caminho da estrutura de poder.*

MTS: E por que consegui fazer? Porque ia acompanhada de um juiz. Eu, Maria Tereza, não podia entrar; mas, sendo do CNJ, pude entrar. Isso é muito ruim. É a mesma coisa de dizer para você que estou dando uma "carteirada". Se chegar lá e falar: "Sou Maria Tereza", a resposta é: "Ah, é?".

GM: *Pesquisadora a tanto tempo do sistema de justiça.*

MTS: Talvez eu conseguisse em alguma vara ou tribunal para o qual já fiz palestras. Mas, de certo ponto de vista, é correto esse tipo de dificuldade. Trata-se de situação em que é necessário preservar a vítima.

GM: *Há um conhecimento assessorado que depende de um caminho de acesso e que não passa pela questão de gênero, mas passa...*

MTS: Mesmo sendo homem/pesquisador eu não teria entrado. Essa questão que envolve criança vítima de violência é provável que tenhamos mais sensibilidade do que os homens. No meu caso, a cada vez que voltava de uma vara, eu não dormia à noite. É duro, é muito duro. Você pensar e se defrontar com situações em que a maldade humana parece não ter limites.

SRA: *Tem uma pergunta que acho que está fora de lugar agora, porque não queria te interromper enquanto você falava, depois acabei por perder o momento, mas sempre me interessa saber. Por que Ciências Sociais e depois por que Ciência Política? Se for possível dar uma resposta que não atrase o seu horário. Como foi essa escolha?*

MTS: Quando escolhi fazer Ciências Sociais, fui movida pelo ideal de que precisava acabar com as desigualdades e com tudo de errado que havia no país.

SRA: *Uma decisão idealista.*

MTS: Inteiramente idealista! Era como se eu fosse me armar intelectualmente para fazer a revolução no país. Lembre-se que estávamos no final dos anos 1960, em pleno regime militar. Quanto à Ciência Política, lembro que a graduação era, e é, em Ciências Sociais. A especialização se dá no final da graduação e, especialmente, na pós-graduação. Optei por Ciência Política, porque me dediquei ao estudo da teoria e me inclinei pela teoria política, especialmente os clássicos. Além disso, minhas pesquisas tinham como tema sempre questões da Ciência Política. Meu mestrado foi sobre pensamento político brasileiro e meu doutorado sobre partidos. Como professora, todos os meus cursos foram no departamento de Política tanto na PUC, onde iniciei a docência, como na Escola de Sociologia e Política e na USP.

GM: *E faria tudo de novo?*

MTS: Faria tudo de novo. Por vezes, me arrependo de não ter completado minha formação cursando também a faculdade de Direito.

SRA: *E se a pergunta fosse: por que a universidade tem a ver com a escolha inicial? Por que Ciências Sociais? Você entrou e continuou? A universidade tem um peso muito grande como escolha futura na nossa profissão, mas você trabalhou em instituições de pesquisa que não eram universidade e permaneceu professora.*

MTS: De fato, é curioso, porque as pessoas me chamam de professora. A rigor, eu nunca parei de dar aula, mesmo fazendo pesquisas. Lá no CNJ, quem não era íntimo e não me chamava de Teca, me chamava de professora. Se alguém berrar na rua "professora" eu olho!

GM: *É parte da sua identidade.*

MTS: É. Se alguém berrar "cientista política" não vou olhar! Se bem que dificilmente alguém vai berrar essa qualificação, mas "professora" é bem provável.

GM: *Está ótimo. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?*

MTS: Não... Qualquer dúvida que vocês tenham podem me ligar, entrar em contato comigo.

GM: *Foi ótima a conversa!*

MTS: Eu também gostei de estar com vocês. Espero ter ajudado.